

MASP - Museu de
Artes de São
Paulo Assis
Chateaubriand

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015.**

Conteúdo

Relatório da Administração 2016	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração 2016

Apesar do contexto econômico bastante adverso, o ano de 2016 foi marcado por importantes avanços no processo de revitalização do MASP, seja no âmbito da programação cultural, seja quanto à estruturação administrativa, seja quanto ao reequilíbrio financeiro do museu, e que por meio de expressiva presença nas mídias sociais, impressa e eletrônica, buscou intensificar e qualificar o diálogo com a sociedade, demonstrando a ampliação e diversificação das suas atividades.

A consolidação da reconquista da merecida projeção do museu foi certamente determinante na mobilização de toda a energia e recursos em 2016. E, atestando o total engajamento da sociedade com o projeto do MASP, foram decisivas as receitas obtidas por meio dos maciços volumes de patrocínios e de doações recebidos de pessoas físicas e empresas, o que além de possibilitar a estabilidade do fluxo financeiro permitiu o expressivo aumento das receitas financeiras obtidas com sua aplicação.

O maior dinamismo demonstrado pela realização de 9 exposições de inegável qualidade, construídas com a Coleção MASP e empréstimos de obras nacionais, mais a ampliação da oferta de seminários, cursos e palestras, conseguiu trazer ao MASP cerca de 408.000 visitantes, com crescimento de 23% em relação ao ano anterior, posicionando a bilheteria como um dos principais responsáveis pelo crescimento das receitas operacionais. Destaca-se, no entanto, que do público total, 196.000 visitantes, ou seja, aproximadamente 50% dos visitantes desfrutaram da entrada gratuita ao museu.

A MASP Loja foi realocada para estratégica posição no 1º subsolo, com novo e simpático desenho arquitetônico, novos produtos institucionais foram incorporados e o expressivo crescimento das vendas a destacou como a outra importante parcela das receitas operacionais. Também contribuiu decisivamente para o aumento das receitas operacionais e solidificando a parceria bem-sucedida na reinserção do museu na agenda de importantes eventos na cidade, a festa para angariar fundos deste ano foi realizada em novembro com muito sucesso.

No ano de 2016 teve grande destaque o aprimoramento dos processos operacionais com intenso esforço na estruturação das equipes de trabalho, que encerrou o ano com um quadro total de 125 colaboradores, 17 estagiários, além da implantação, no segundo semestre, do Programa de Voluntários que contou inicialmente com 28 participantes contribuindo em várias áreas do museu.

A equipe interna do núcleo de tecnologia da informação desenvolveu e implantou softwares para possibilitar a inscrição on-line de interessados na MASP Palestras, MASP Escola e MASP Seminários, facilidades inovadoras na área de museus. Além disso, a área de T.I. deu continuidade ao processo de melhoria da integração e simplificação dos processos administrativos com base no Sistema de Gestão Integrado Protheus, destacando-se a internalização da função fiscal com a finalização do contrato de assessoria externa.

Para cobertura de riscos diversos ao acervo, transporte de obras, cobertura de terceiros, bem como às obras armazenadas em reserva técnica externa, foi contratada apólice de seguro com a maior seguradora de obras de arte do mundo. Também foi implantado o novo sistema de detecção de fumaça e alarme de incêndio, projeto conquistado no Edital Caixa Cultural.

Em meados do ano o MASP foi contemplado pelo Edital de Eficiência Energética da AES Eletropaulo com projeto para substituição de um chiller, equipamento para produção de água gelada do sistema de climatização do museu, que vai incorporar uma importante atualização tecnológica e grande economia no consumo de energia elétrica. O Edital que prevê a implantação com recurso a fundo perdido de projetos de eficiência no consumo de energia elétrica disponibilizará o valor total de R\$ 2,1 milhões para implantação em 2017.

Destacando-se como uma das mais importantes iniciativas do ano, a migração para o mercado livre de energia elétrica foi concluída em 1º de julho. Do mercado cativo da fornecedora local o museu migrou por meio de amplo processo de concorrência para uma das mais relevantes distribuidoras de energia do mercado, tendo esta ação uma economia anual estimada de cerca de R\$ 1 milhão.

Proseguiu-se no intenso trabalho de revisão das prestações de conta dos projetos da Lei Rouanet e, em agosto, foi integralmente aprovada pelo Ministério da Cultura a prestação de contas do Plano Anual de 2009, e ainda no mesmo mês foi homologado pela Secretaria da Receita Federal o parcelamento em 15 anos dos impostos anteriormente discutidos pelo museu e que foram incluídos em 2014 no Programa REFIS.

No último trimestre do ano foi contratada empresa para a gestão documental do MASP, iniciando um cronograma que se estenderá até o final do próximo ano, visando capacitar o pessoal do museu para o trabalho da adequada gestão documental, antes inexistente.

No final do ano foi aprovado o Plano de Intervenções Arquitetônicas no edifício sede com detalhamento arquitetônico, cronograma de execução e estimativas de custo para implementação ao longo dos próximos anos.

O MASP busca frequentemente aprimorar seu modelo de gestão e adota uma política alinhada com as melhores práticas de mercado, guiada pelas diretrizes da sustentabilidade e pelos princípios da ética, da transparência e da responsabilidade na condução das suas atividades, o que nos torna confiantes que a mobilização para revitalizar a instituição certamente vai consolidar a posição do MASP como uma das mais importantes instituições culturais do país.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e Diretoria do
Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" do nosso relatório, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 possui na rubrica de acervo de obras de arte o montante de R\$ 516.126. A Entidade não tem adotado a prática de mensurar as obras de arte recebidas em doação, de forma consistente, estando apenas dez obras de arte a valor justo e as demais por um valor simbólico de R\$ 1,00 (um real) cada. As práticas contábeis usuais para este tipo de transação têm sido a mensuração pelos seus respectivos valores justos. A Entidade não nos apresentou até a data de conclusão dos nossos trabalhos a análise dos valores justos para os ativos que foram contabilizados por valor simbólico. Se essas obras de arte tivessem sido mensuradas pelos seus respectivos valores justos, a rubrica de acervo de obras de arte e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 seriam afetados de forma relevante, assim como os elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangentes e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data. Os efeitos da mensuração dos referidos valores justos sobre as demonstrações financeiras não puderam ser determinados.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos - Valores correspondentes

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 30 de março de 2016, contendo modificação relacionada ao mesmo assunto descrito na seção intitulada "Base para opinião com ressalva" deste relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2017.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Flavio Gozzoli Gonçalves'.

Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.791.700	9.207.585	Fornecedores	10	1.866.117	3.130.604
Recursos vinculados a projetos	6	9.706.746	10.592.121	Obrigações trabalhistas	11	1.205.152	1.055.076
Estoques		732.855	290.669	Contribuições e impostos correntes		118.980	92.016
Patrocínio de terceiros a receber	7 e 13	3.827.123	3.609.295	Impostos parcelados	12	791.908	709.077
Adiantamento a fornecedores		680.083	180.922	Projetos a executar	13	13.767.478	14.406.586
Outras contas a receber		768.442	444.966	Doações de bens e direitos a apropriar		125.153	73.125
		26.506.949	24.325.558	Contas a pagar - negociações	14	572.011	394.060
				Patrocínios a realizar	14	2.708.200	2.708.200
				Outras contas a pagar		420.419	670.443
						21.575.418	23.239.187
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Fornecedores	10	72.424	475.701
Adiantamento de parcelamento	12	-	1.586.160	Impostos parcelados	12	8.477.367	10.745.070
Depósitos judiciais		93.372	39.805	Doações de bens e direitos a apropriar		535.886	311.546
		93.372	1.625.965	Provisão para contingências	15	1.528.143	2.301.869
Acervo de obras de arte	8	516.126	516.095	Contas a pagar - negociações	14	10.439.198	9.933.000
Imobilizado	9	31.953.287	31.791.137	Patrocínios a realizar	14	7.906.550	10.614.750
Intangível		99.877	73.905			28.959.568	34.381.936
		32.569.290	32.381.137	Patrimônio líquido	16		
				Avaliação atribuída ao acervo	8	516.126	516.095
				Fundo social		10.125.422	10.125.422
				Déficits acumulados		(2.006.923)	(9.929.980)
						8.634.625	711.537
Total do ativo		59.169.611	58.332.660	Total do passivo e patrimônio líquido		59.169.611	58.332.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Nota	2016	2015
Receitas operacionais			
Receitas operacionais	17	39.787.725	38.478.304
Trabalho voluntário	3.n	<u>62.012</u>	<u>-</u>
Total das receitas das atividades		39.849.737	38.478.304
Despesas operacionais			
Custos e despesas de projetos e administrativas	18	(14.958.980)	(15.891.769)
Pessoal e encargos de projetos e administrativos	19	(12.715.886)	(10.077.429)
Depreciação e amortização		(510.969)	(250.253)
Despesas tributárias		(491.823)	(642.731)
Gratuidade de bilheteria		(3.304.444)	(2.180.752)
Trabalho voluntário	3.n	<u>(62.012)</u>	<u>-</u>
Total das despesas das atividades		(32.044.114)	(29.042.934)
Resultado antes do resultado financeiro		<u>7.805.623</u>	<u>9.435.370</u>
Despesas financeiras	20	(2.646.194)	(1.894.788)
Receitas financeiras	20	<u>2.763.627</u>	<u>2.414.064</u>
Resultado financeiro líquido		<u>117.433</u>	<u>519.276</u>
Superávit do exercício		<u><u>7.923.056</u></u>	<u><u>9.954.646</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	2016	2015
Superávit do exercício	7.923.056	9.954.646
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>7.923.056</u>	<u>9.954.646</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Nota	Avaliação atribuída ao acervo	Fundo social	Déficits Acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2015		516.072	10.125.422	(19.884.625)	(9.243.131)
Doações para investimentos	8	23	-	-	23
Superávit do exercício		-	-	9.954.646	9.954.646
Saldos em 31 de dezembro de 2015		516.095	10.125.422	(9.929.979)	711.538
Doações para investimentos	8	31	-	-	31
Superávit do exercício		-	-	7.923.056	7.923.056
Saldos em 31 de dezembro de 2016		516.126	10.125.422	(2.006.923)	8.634.625

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	7.923.056	9.954.646
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	395.134	130.172
Reavaliação a valor justo	-	90.227
Estorno de provisão - receita diferida	-	(5.377.745)
Apropriação de patrocínio	(2.708.200)	(680.656)
Baixa de imobilizado e intangível	763.957	57.167
Provisão para contingência	(773.726)	2.060.185
Provisão obsolescência dos estoques	107.415	-
	<u>5.707.636</u>	<u>6.233.996</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) / redução nos ativos em		
Estoques	(549.601)	(229.931)
Outras contas a receber e adiantamento a fornecedores	(822.637)	(440.382)
Patrocínio de terceiros a receber	(217.828)	2.193.343
Adiantamento de parcelamento	1.586.160	(1.005.265)
Depósitos judiciais	(53.567)	(23.431)
(Redução) / aumento nos passivos em		
Fornecedores	(1.667.764)	(123.825)
Obrigações trabalhistas	150.076	(728.805)
Projetos a executar, líquido de recursos vinculados a projetos	246.267	(1.711.832)
Contribuições e impostos correntes	26.964	(232.267)
Impostos parcelados	(2.184.872)	(1.187.915)
Doações de bens e direitos a apropriar	276.368	326.366
Contas a pagar - negociações	684.149	-
Outras contas a pagar	(250.024)	78.521
	<u>2.931.327</u>	<u>3.148.573</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>2.931.327</u>	<u>3.148.573</u>
Fluxos de caixa de atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.293.991)	(711.643)
Aquisição de ativo intangível	(53.221)	(71.747)
	<u>(1.347.212)</u>	<u>(783.390)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	<u>(1.347.212)</u>	<u>(783.390)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.584.115</u>	<u>2.365.183</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	9.207.585	6.842.402
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>10.791.700</u>	<u>9.207.585</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>1.584.115</u>	<u>2.365.183</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

O Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP (“Entidade” ou “MASP”) é uma entidade privada com fins não econômicos, que abriga, conserva e valoriza o mais importante acervo de arte ocidental de todo o hemisfério sul. Este acervo, composto de mais de 8.000 obras clássicas e modernas, de reconhecida qualidade e inestimável valor, representa as principais correntes da arte universal, entre elas pinturas, esculturas, gravuras, desenhos, fotografias, tapeçarias, vestuário, e outras importantes coleções. Foi considerado pela UNESCO como patrimônio da humanidade e parcialmente tombado em 1969, pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN, o que evidencia sua importância como um dos principais museus de arte do mundo.

Aberto ao público no dia 2 de outubro de 1947, ao longo destes 69 anos de existência, vem funcionando ininterruptamente. Desde 1968, localiza-se na Avenida Paulista em seu edifício que é um dos ícones de São Paulo, sendo um dos destinos turísticos mais importantes na cidade.

O MASP tem como objetivos incentivar, divulgar e amparar, por todos os meios ao seu alcance, as artes de um modo geral e, em especial, as artes visuais, visando ao desenvolvimento e ao aprimoramento cultural do povo brasileiro e realiza importantes atividades no campo educativo e de fomento a cultura, tendo sido declarado de utilidade pública nas esferas estadual e municipal.

Para cumprimento de seus objetivos sociais o MASP deve realizar as seguintes atividades dentre outras: a. Manter pinacoteca, biblioteca, fototeca, filmoteca, videoteca, discoteca; b. Prestar serviços educativos, especialmente, no que se refere à arte e à cultura, tais como visitas guiadas, palestras, promoção de cursos, treinamentos teóricos e práticos, dentre outros, que inclusive permitam ao público em geral um melhor conhecimento do acervo do MASP; c. Instituir bolsas de estudo; d. Promover exposições de trabalhos de artistas nacionais e estrangeiros; e. Promover conferências, congressos e visitas de personalidades de renome no campo das artes; f. Patrocinar trabalhos de pesquisa científica relacionados com o objetivo social; g. Promover exibições de filmes e concertos musicais de interesse artístico e cultural; h. Manter intercâmbio com organizações congêneres do país e do estrangeiro; i. Publicar boletins, revistas, catálogos e livros; j. Manter páginas de Internet (websites), "stands" ou estabelecimentos afins, internos ou externos, para a distribuição, a título gratuito ou oneroso, de material artístico, reproduções, gravuras, esculturas e outros materiais de cunho cultural, com a finalidade de divulgação e promoção das diversas atividades do MASP, bem como para arrecadação de fundos; k. Explorar café, bar e restaurante em suas dependências, bem como a venda de produtos, livros e afins em sua loja destinando todo o produto arrecadado para a consecução de seus objetivos sociais.

O edifício do MASP é de propriedade da Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, que o cedeu ao museu de forma gratuita, pelo prazo de 40 anos, de conformidade com a Lei Municipal 15.685/13, por meio de Escritura Pública de Concessão Administrativa de Uso, lavrada em 18 de agosto de 2015.

O MASP oferece durante todo o ano uma variada programação para seus visitantes, com a exposição de longa duração do seu acervo e exposições temporárias de sua própria coleção e também de coleções provenientes de outras instituições culturais, promove visitas orientadas aos espaços expositivos para o visitante em geral e para grupos. Os dois auditórios existentes em seu edifício recebem diversificada programação de música clássica, espetáculos teatrais, palestras e

debates. A Escola do MASP oferece cursos livres das mais variadas manifestações artísticas. Sua Biblioteca possui aproximadamente 87 mil volumes, entre livros e revistas especializadas, dos quais 23 mil catalogados e disponibilizados on-line/internet sendo, portanto, o mais importante conjunto brasileiro na área de história da arte internacional. Desde a sua fundação, o MASP tem como premissa o seu caráter educacional.

O fundo social é constituído de doações já efetuadas e das contribuições, subvenções e dos auxílios concedidos pelos poderes públicos, por particulares, e das receitas provenientes de cobrança de ingressos, de projetos e manifestações artísticas sob o patrocínio de terceiros, da venda de livros, catálogos e publicações em geral, da prestação de serviços de restauro e, ainda, das receitas decorrentes da distribuição de materiais artísticos ou culturais, exploração da loja e derivados de cessão de uso do restaurante, café e de aplicações financeiras ou valores mobiliários.

Conforme apresentado nas demonstrações financeiras, o MASP apurou no exercício de 2016 superávit no montante de R\$ 7.923.056 e apresentou em 31 de dezembro de 2016 déficits acumulados no montante de R\$ 2.066.923, bem como patrimônio líquido positivo de R\$ 8.634.625. Ressalta-se que, em função da Entidade não adotar como prática registrar as doações de obra de arte ao valor justo, sendo atribuído o valor simbólico de R\$ 1,00, seu patrimônio líquido fica fortemente prejudicado nessa avaliação e seria amplamente positivo se as obras recebidas em doação tivessem sido contabilizadas pelo seu valor justo.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 15 de março de 2017.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de

resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.d** - provisão para ajuste a valor de realização de estoques;
- **Nota 3.f** - vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 15** - provisão para contingências.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para o Real à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Entidade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é designado e avaliado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do

reconhecimento inicial e se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. As mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo e reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras. Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente as obrigações de projetos de lei incentivados.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas ou canceladas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados nos projetos originados das leis de incentivo, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos projetos e subvenção, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

d. Estoques

Os estoques estão relacionados, aos livros e catálogos recebidos em doação ou adquiridos no mercado com recursos próprios, livros e catálogos recebidos em consignação e outros produtos de revenda. Esses materiais são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio. Os valores de estoques contabilizados, líquidos da provisão para ajuste a valor de realização, não excedem os valores de mercado.

e. Acervo de obras

Referem-se às obras de arte integrantes do acervo da Entidade que estão apresentadas pelo valor simbólico de R\$ 1,00 cada, exceto dez obras que foram registradas a valor justo, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.

f. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método da linha reta sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, ao longo de sua vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Microcomputadores e periféricos	5 anos
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos
Outros	10 anos

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativos intangíveis

Compreendem os ativos adquiridos de terceiros, sendo mensurados pelo custo total de aquisição menos a amortização. Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, que é de 5 anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

h. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o MASP registrava redução ao valor recuperável referente à rubrica de estoques, no montante de R\$ 141.495 e R\$ 248.910.

i. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

j. Doações, patrocínios e subvenções

As doações e patrocínios incentivados e as subvenções recebidas pela Entidade, quando há segurança de que as condições estabelecidas serão cumpridas pela Entidade, são reconhecidas como passivo e apropriadas ao resultado a medida que transcorra a efetivação dos compromissos assumidos em contrapartida do recebimento.

As doações para custeio são reconhecidas como receita no resultado do exercício quando efetivamente recebidas em função da Entidade não conseguir estimar, com razoável precisão, as datas e os valores que tais doações serão efetivamente recebidas.

k. Obrigações e Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações e benefícios de curto prazo a empregados são mensurados pelo valor histórico e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Receita de serviços e vendas

As receitas incluem, principalmente, receita com bilheteria, subvenções governamentais, cessão de uso e eventos, apoios culturais, venda de livros e catálogos, taxas de empréstimos de obra de arte, entre outras. As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados ou que os produtos são vendidos, respeitando o princípio da competência.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras próprias, descontos obtidos e variação monetária. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre impostos e multa e juros de obrigações liquidas pós vencimento.

n. Receita com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1)-Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2016 o montante foi de R\$ 62.012.

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Entidade estão mencionadas abaixo. A Entidade não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Entidade em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Entidade detiver das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Entidade fará no futuro.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos na nota explicativa nº 22. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	7.969	10.586
Bancos - conta corrente no exterior	881.449	806.186
Bancos - conta corrente no país	37.337	16.430
Aplicações financeiras - no exterior	1.278.545	-
Aplicações financeiras - no país	<u>8.586.400</u>	<u>8.374.383</u>
Total	<u>10.791.700</u>	<u>9.207.585</u>

As aplicações financeiras no país referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 90% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

São de curto prazo, de alta liquidez, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A aplicação financeira no exterior refere-se a um Certificado de Depósito (YDC - Yankee Certificate Deposit) emitido nos EUA por uma agência de banco estrangeiro, em outubro de 2016, com vencimento para maio de 2017, a uma taxa de retorno de 1,92% a.a.

6 Recursos vinculados a projetos e subvenção

	2016	2015
Projeto Plano Anual (a)	9.046.924	10.591.076
Outros Projetos e Subvenção	<u>659.822</u>	<u>1.045</u>
Total	<u>9.706.746</u>	<u>10.592.121</u>

Referem-se aos recursos já recebidos pela Entidade e que somente poderão ser empregados em projetos específicos, de acordo com as regras da Lei Rouanet (Lei nº 8313/91 e alterações) e com as respectivas Entidades patrocinadoras, e, no caso da Subvenção, conforme as Leis Municipais 8.221/75 e 11.358/93, e suas modificações posteriores. Tais recursos estão substancialmente aplicados em fundos de investimento que buscam acompanhar a variação do CDI e em títulos compromissados, com rentabilidade entre 96,5% a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

- (a) A aprovação do projeto Plano Anual pelo Ministério da Cultura habilitou o MASP a receber patrocínios e doações nos termos da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (Lei Rouanet). O referido projeto consiste no custeio das despesas de manutenção dos objetivos estatutários do Museu.

7 Patrocínio de terceiros a receber

	2016	2015
Patrocínios de terceiros a receber	3.827.123	3.609.295

Refere-se a valores a receber de duas empresas privadas que estão apoiando o projeto de reforma do "Anexo MASP". Os recursos estão baseados em contratos entre as partes e o saldo representa as parcelas finais a receber e estão condicionadas à evolução física da obra.

O valor da primeira parceria no montante de R\$ 2.000.000, corrigido pelo IGPM/FGV cujo saldo em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 3.247.123 (R\$ 3.029.295 em 2015) será recebido quando a obra atingir 90% de sua conclusão física.

A segunda parceria é de R\$ 5.800.000, dos quais R\$ 2.900.000 foram recebidos em 2011, R\$ 2.320.000 em 2012 e os R\$ 580.000 restantes após medição final da obra.

A Administração acredita que apesar do atraso na conclusão das obras, os valores previstos para recebimento ocorrerão tão logo atingidas as metas contratuais. A contrapartida dos valores a receber está registrada na conta de “projetos a executar” no passivo circulante. Dessa forma, as atualizações financeiras efetuadas nos saldos ativos também ocorrem nos saldos passivos, com efeito zero no resultado do exercício. Além disso, caso não ocorram os recebimentos, a baixa desse ativo se dará em contrapartida ao passivo, ou seja, também sem impacto no resultado.

8 Acervo de obras

O acervo é constituído pelo conjunto de obras de arte do MASP, quase todas recebidas por doações e refletidas contabilmente por um valor simbólico de R\$ 1,00 cada, exceto por 10 obras, adquiridas em 2013 e 2014, lançadas pelo valor justo total de R\$ 508.000. Ou seja, 8.126 obras estão lançadas a R\$ 1,00 cada e mais 10 obras a R\$ 508.000, totalizando em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 516.126 (R\$ 516.095 em 2015).

São mantidos registros de controle atualizados de todas as obras de arte do acervo, segundo normas estabelecidas pelo MASP, observando critérios adotados internacionalmente.

Em 31 de dezembro o acervo do MASP estava composto da seguinte forma:

Item	Quantidade de peças	
	2016	2015
Pintura - escultura	1.651	1.627
Gravuras	1.087	1.086
Desenhos	1.489	1.487
Coleção Design	21	21
Coleção Pirelli	1.147	1.147
Fotografias	211	207
Coleção Kitsch	2.126	2.126
Coleção Maiólica	246	246
Coleção Vestuário	158	158
Total	8.136	8.105

Os valores recebidos como doação para investimento, apresentados na demonstração das mutações do patrimônio líquido, foram integralmente aplicados no acervo de obras do Museu. Durante o ano de 2016 foram R\$ 31, correspondentes a 31 obras doadas (em 2015, R\$ 23, correspondente a 23 obras doadas).

9 Imobilizado

Os quadros abaixo demonstram as movimentações das contas de Imobilizado e Imobilizado em Andamento.

Movimentação imobilizado em 2016

Descrição custo	Saldo em 01/01/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Móveis e utensílios	160.317	180.256	(21)	340.552
Máquinas e equipamentos	1.008.300	261.244	(290.239)	979.305
Microcomputadores e periféricos	453.183	156.385	(5.431)	604.137
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	18.208.874	267.175	-	18.476.049
Instalações e imóvel - Prédio da Av. Paulista, 1510 (a)	30.176.050	250.589	-	30.426.639
Imobilizado em andamento (b)	1.128.556	137.724	(1.207.129)	59.151
Outros	15.864	40.618	(492)	55.990
Total do custo	51.151.144	1.293.991	(1.503.312)	50.941.823

Descrição depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	2016 Depreciação
Móveis e utensílios	(106.562)	(15.782)	53	(122.291)
Máquinas e equipamentos	(400.395)	(66.509)	116.303	(350.601)
Microcomputadores e periféricos	(234.843)	(76.122)	5.787	(305.178)
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	(18.205.940)	(4.526)	-	(18.210.466)
Reavaliação a valor justo (b)	(412.267)	(204.945)	617.212	-
Total da depreciação	(19.360.007)	(367.884)	739.355	(18.988.536)

Saldo líquido	31.791.137	926.107	(763.957)	31.953.287
---------------	------------	---------	-----------	------------

Movimentação imobilizado em 2015

Descrição custo	Saldo em 01/01/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Móveis e utensílios	135.596	24.721	-	160.317
Máquinas e equipamentos	745.275	263.025	-	1.008.300
Microcomputadores e periféricos	335.054	176.486	(58.357)	453.183
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	18.208.874	-	-	18.208.874
Instalações e imóvel - Prédio da Av. Paulista, 1510 (a)	30.045.441	130.609	-	30.176.050
Benfeitoria e revitalização - Galeria Prestes Maia	3.387.045	-	(3.387.045)	-
Imobilizado em andamento	1.015.809	112.747	-	1.128.556
Outros	11.809	4.055	-	15.864
Total do custo	53.884.903	711.643	(3.445.402)	51.151.144

Descrição depreciação	Saldo em 01/01/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Móveis e utensílios	(95.582)	(10.980)	-	(106.562)
Máquinas e equipamentos	(327.732)	(72.663)	-	(400.395)
Microcomputadores e periféricos	(190.475)	(45.558)	1.190	(234.843)
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	(18.204.969)	(971)	-	(18.205.940)
Benfeitoria e revitalização - Galeria Prestes Maia	(3.387.045)	-	3.387.045	-
Reavaliação a valor justo	(322.040)	(90.227)	-	(412.267)
Total da depreciação	(22.527.843)	(220.399)	3.388.235	(19.360.007)

Saldo líquido	31.357.060	491.244	(57.167)	31.791.137
---------------	------------	---------	----------	------------

- (a) O item "Instalações e imóvel - Prédio da Av. Paulista, 1510" refere-se ao edifício que ainda está em reforma ("Anexo MASP") e, em função de não estar sendo utilizado, não vem sendo depreciado. A adição ocorrida no exercício foi por conta das benfeitorias que estão sendo efetuadas.

- (b) Em 2016, a Entidade realizou a devolução dos elevadores que seriam utilizados nas instalações do Anexo do Masp, a perda correspondente ao valor que já havia sido pago foi de R\$ 288.750, reconhecidos como despesa no resultado do exercício.

10 Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores nacionais	<u>1.938.541</u>	<u>3.606.305</u>
Circulante	1.866.117	3.130.604
Não circulante	72.424	475.701

11 Obrigações trabalhistas

	2016	2015
Provisão para férias	660.379	616.229
Provisão para encargos sociais sobre férias	221.183	66.487
INSS a recolher	193.888	166.297
IRRF a recolher	93.746	89.138
FGTS a recolher	28.561	55.469
Outros	<u>7.395</u>	<u>61.456</u>
Total	<u>1.205.152</u>	<u>1.055.076</u>

12 Impostos parcelados

	2016	2015	
Débitos previdenciários (a)	4.042.292	6.333.174	
Demais débitos	<u>5.226.983</u>	<u>5.120.973</u>	
Total contribuições e impostos parcelados	<u>9.269.275</u>	<u>11.454.147</u>	
Circulante	791.908	709.077	
Não circulante	8.477.367	10.745.070	
Cronograma de vencimento - não circulante	2018	2019 em diante	Total
Débitos previdenciários	381.949	3.278.394	3.660.343
Demais débitos	<u>409.959</u>	<u>4.407.065</u>	<u>4.817.024</u>
Total	<u>791.908</u>	<u>7.685.459</u>	<u>8.477.367</u>

Em agosto de 2014 o MASP aderiu ao parcelamento federal previsto pela Lei 12.996/2014, com possibilidade de pagamento em até 180 vezes e redução de multas e juros.

Em 31/12/2015, o valor totalizava R\$ 11.454.147, incluindo as multas e juros previstas pela legislação. Esse passivo é composto por dois parcelamentos: Débitos Previdenciários e Demais Débitos.

Até 31/12/2015 a Receita Federal havia consolidado apenas o parcelamento referente aos Demais Débitos, em setembro de 2015, e a economia resultante das reduções de multas e juros respectivas, lançada no resultado do exercício como receitas financeiras, foi de R\$ 1.547.730. Em 2016 foi consolidado o parcelamento dos débitos previdenciários, resultando em uma economia de R\$ 947.187. A Entidade já havia pago antecipadamente para o parcelamento o montante de R\$ 1.586.160.

A segregação de curto e longo prazo obedeceu o prazo de parcelamento em 180 meses, sendo 12 apresentadas no curto prazo e as demais no longo prazo. As prestações estão sendo corrigidas mensalmente pela Taxa SELIC.

(a) Histórico da dívida previdenciária

No ano 2000 a Entidade foi autuada devido ao não recolhimento da quota patronal incidente sobre a remuneração de funcionários, no período de janeiro de 1995 a novembro de 2000 devido ao cancelamento da isenção de contribuições previdenciárias, em decorrência do não atendimento dos requisitos estabelecidos no artigo 55, incisos I e II (obtenção ou renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos), da Lei nº 8.212/91, regulamentado no artigo 206, incisos I e II, do Regulamento da Previdência Social.

Em 2001, a Entidade efetuou o registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com o objetivo de obtenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS).

Em outubro de 2006, a Entidade apresentou impugnação às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito emitidas pelo Instituto Nacional da Previdência Social.

Em setembro de 2008, a Entidade obteve sentença favorável, em 1ª instância, aos embargos à execução fiscal.

Em outubro de 2009, a 21ª Vara Cível Federal de São Paulo concedeu de forma retroativa a imunidade tributária relativa ao recolhimento das contribuições sociais.

Em 2013 houve sentença favorável à Entidade relacionada às notificações fiscais de débitos lavradas no ano de 2000, julgando extinta aquela execução fiscal, remetendo os referidos autos para arquivamento.

Em 2010 a Receita Federal do Brasil, agência de Fiscalização em São Paulo, lavrou Notificações Fiscais de Lançamento de Débito - NFLD, no montante de R\$ 4.192.810, relacionadas também com o não recolhimento da quota patronal incidente sobre a remuneração de funcionários e contribuições para terceiros, no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2008 devido ao cancelamento da isenção de contribuições previdenciárias, sendo que os consultores jurídicos que estão acompanhando a defesa indicavam como possível as chances de perda na referida questão.

Em 29 de julho de 2014 a Entidade recebeu dois autos de infração, no montante de R\$ 5.332.309 relacionados à mesma questão, abrangendo o período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012.

Com relação ao ano de 2009, até a presente data não houve autuação fiscal, sendo certo que a jurisprudência é amplamente favorável ao contribuinte, no sentido de que o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário é de 05 (cinco) anos.

Em 4 abril de 2014, foi publicada uma jurisprudência no Supremo Tribunal Federal, enfatizando que somente farão jus ao benefício de imunidade, as entidades que preencherem cumulativamente os requisitos de que trata o Art.55 da lei 8.212/91 em sua redação original. A administração da Entidade tendo em vista os autos de infração recebidos, e baseado na opinião dos seus consultores jurídicos chegou à conclusão que as chances de êxito são baixas e que seria aconselhável desistir da ação e partir para a adesão ao parcelamento visando a redução de multas e juros pela homologação do pedido.

Em 18 de junho de 2014 foi publicada a Lei nº 12.996, que em seu artigo 2º reabriu o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS até 25 de agosto de 2014, com parcelamentos em até 180 vezes e reduções das multas e juros.

O MASP entrou com o pedido de parcelamento dos saldos autuados em 2010, referente aos exercícios de 2005 a 2008 e os valores autuados em 2014 referente aos exercícios de 2010 a 2012, além dos saldos de 2013 do INSS Patronal não autuados. Esse pedido foi aprovado e consolidado em setembro de 2016.

13 Projetos a executar

	2016	2015
Projetos a executar (a)	9.940.355	10.797.291
Patrocínios de terceiros (b)	3.827.123	3.609.295
Total projetos a executar	13.767.478	14.406.586

(a) Estão representados por valores recebidos e ainda não empenhados, decorrentes de projetos aprovados pelo Ministério da Cultura e determinados pela Lei nº 8.313/91, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC. Os recursos aplicados estão apresentados como receitas das atividades nas rubricas de receitas com projetos incentivados e receitas com plano anual, assim como os custos incorridos que estão apresentados em despesas das atividades nas rubricas de custos com projetos incentivados e custos com plano anual.

(b) Esses valores referem-se a patrocínios a executar referente ao patrocínio do Prédio Anexo - Masp (vide nota explicativa nº 07);

A seguir apresentamos os projetos e patrocínios a executar no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo):

Descrição Custo	Saldos em 01/01/16	Valores Recebidos	Rendimentos Financeiros	Transferência	Devoluções	Consumo	Aquisição Imobilizado	Saldos em 31/12/2016
PRONAC 2015	2.564.703	-	52.625	(2.182.631)	-	(431.870)	(2.827)	-
PRONAC 2016	8.063.100	6.158.319	607.203	2.182.631	-	(14.087.859)	(360.237)	2.563.157
PRONAC 2017	-	6.462.656	-	-	-	-	-	6.462.656
PRONAC 09.5022 - anexo Masp	168.814	-	-	-	(64)	-	-	168.750
PROAC - Biblioteca	674	33.000	-	-	(192)	-	(3.600)	-
PROAC 2016	-	727.507	11.872	-	-	(29.882)	-	184.449
Reforma anexo Masp - Nestle	3.029.295	-	217.828	-	-	-	-	3.247.123
Reforma anexo Masp - Petrobrás	580.000	-	-	-	-	-	-	580.000
Subvenção - 2016	-	1.895.530	11.503	-	-	(1.345.690)	-	561.343
Saldo	14.406.586	15.277.013	901.031	-	(256)	(16.450.231)	(366.664)	13.767.478

Os custos incorridos dos projetos mencionados totalizaram R\$ 16.450.231 em 2016 (R\$ 12.392.196 em 2015), sendo R\$ 1.345.690 com verba da Subvenção 2016 (conforme nota explicativa 17 item "a") e R\$ 15.104.541 com projetos do PRONAC e PROAC, podendo ser assim compostos:

	2016		2015		Total
	Plano Anual	Outros	Plano Anual	Outros	
Pessoal e encargos	5.109.667	-	4.335.511	16.269	4.351.780
Utilidades	2.952.301	-	2.704.184	-	2.704.184
Gerais e administrativas	3.140.106	425.694	1.961.964	177.111	2.139.075
Serviços profissionais	1.164.973	158.502	1.177.796	15.690	1.193.486
Serviços Gerais	1.523.134	-	974.723	-	974.723
Manutenção predial	610.799	-	927.959	-	927.959
Outros	18.750	615	100.989	-	100.989
	14.519.730	584.811	12.183.126	209.070	12.392.196

14 Contas a pagar - Negociações e patrocínios a realizar

No exercício de 2015, foi realizado um acordo com um dos patrocinadores da reforma do prédio "Anexo - Masp". Foi constituída uma provisão a pagar junto a Vivo - Telefônica, de R\$ 24.327.059, sendo que R\$ 14.000.000 serão apropriados por meio de patrocínios a incorrer pelo prazo de 05 anos e o valor de R\$ 10.327.059 serão corrigidos pela taxa IGPM/FGV e pagos trimestralmente em 80 parcelas de R\$ 129.000.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de contas a pagar negociações era de R\$ 11.011.209 (R\$ 10.327.059 em 2015) conforme movimentação apresentada abaixo:

Movimentação - Contas a pagar negociações

Saldo em 31 de dezembro 2015	10.327.059
(+) atualização IGPM/FGV	1.200.368
(-) pagamentos realizados	(516.218)
Saldo em 31 de dezembro 2016	<u>11.011.209</u>
Circulante	572.011
Não circulante	10.439.198

Em 31 de dezembro de 2016 saldo de Patrocínio a Executar era de R\$ 10.614.750 (R\$ 13.322.950 em 2015), conforme demonstrado abaixo:

Movimentação - Patrocínios a realizar

Constituição de Patrocínios a executar	14.000.000
Patrocínios executados	677.050
Saldo em 31 de dezembro 2015	13.322.950
Patrocínios executados	(2.708.200)
Saldo em 31 de dezembro 2016	<u>10.614.750</u>
Circulante	2.708.200
Não circulante	7.906.550

15 Provisão para contingências

A Entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, a Entidade possui um saldo de provisão no montante de R\$ 1.528.143 no exercício de 2016, valor considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas (R\$ 2.301.869 em 2015).

Adicionalmente, existiam reclamações trabalhistas, cíveis e tributárias no montante de R\$ 1.924.948 (R\$ 2.221.353 em 2015), que foram classificados pelos assessores jurídicos internos da Entidade como de risco de perda possível, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A Entidade mantém o montante de R\$ 93.372 (R\$ 39.805 em 2015) referente aos depósitos judiciais de processos com probabilidade provável, possível ou remota.

(a) Contingências tributárias

As contingências tributárias têm origem na interpretação da Entidade de determinados tributos que estão sendo discutidos na esfera administrativa, conforme abaixo:

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>Provisão</u>	<u>Depósito Judicial</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósito Judicial</u>
Saldos iniciais	688.548	-	-	-
Constituição/reversão	(688.548)	53.567	688.548	-
Saldos finais	-	53.567	688.548	-

(b) Provisões para processos trabalhistas

Ações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários do Masp pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As causas trabalhistas classificadas como prováveis foram provisionadas, conforme demonstrado:

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>Provisão</u>	<u>Depósito Judicial</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósito Judicial</u>
Saldos iniciais	401.790	39.805	241.684	6.009
Constituição	157.075	-	358.706	33.796
Reversão por baixa	(393.289)	-	(198.600)	-
Saldos finais	165.576	39.805	401.790	39.805

(c) Provisão para processos cíveis

As discussões cíveis em curso, referente a divergência de valores em contratos firmados entre as partes são as seguintes:

	2016		2015	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
Saldos iniciais	1.211.531	-	-	10.365
Constituição	-	-	1.211.531	-
Atualização monetária	151.036	-	-	-
Reversão por baixa	-	-	-	(10.365)
Saldos finais	1.362.567	-	1.211.531	-

16 Patrimônio líquido

As receitas, decorrentes de doações patrimoniais, recebidas pela Entidade são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na nota explicativa nº 1. As receitas decorrentes de contribuições para custeio estão refletidas em contas de resultado.

Em caso de dissolução da Entidade, o seu patrimônio líquido (acervo) passará ao Governo do Estado de São Paulo, que o destinará à Pinacoteca do Estado de São Paulo ou, na sua falta, a instituições congêneres.

17 Receitas operacionais

	2016	2015
Projetos Incentivados	(15.194.793)	(12.392.196)
Doações	(8.722.916)	(10.136.575)
Bilheteria	(4.199.658)	(2.761.373)
Gratuidade de Bilheteria	(3.304.444)	(2.180.753)
Receitas Patrocínio Telefonica-Vivo (vide nota 14)	(2.708.200)	(677.050)
Subvenção para custeio (a)	(1.848.390)	(1.751.167)
Cessão de uso e eventos	(1.788.730)	(1.367.775)
Venda de Produtos	(706.476)	(185.970)
Apoio cultural	(336.075)	(572.477)
Venda de Serviços	(216.335)	(247.663)
Estorno de Provisão - Receita diferida	-	(5.377.745)
Diversas	(761.708)	(827.560)
Total	(39.787.725)	(38.478.304)

- (a) Os valores recebidos para custeio, através da Subvenção, conforme as Leis Municipais 8.221/75 e 11.358/93, e suas modificações posteriores, foram empregados pela Entidade da seguinte maneira:

	2016	2015
Pessoal e encargos	(1.377.916)	(1.313.566)
Seguro saúde	(201.296)	(182.047)
Energia elétrica	(140.035)	(169.706)
Água e esgoto	(98.465)	(68.697)
Telefone	(294)	(6.070)
Outros	(30.384)	(11.081)
	(1.848.390)	(1.751.167)

O valor de R\$ 1.848.390 refere-se ao total de gastos em 2016. Porém, referem-se às verbas recebidas em 2015 e 2016. Os valores recebidos em 2015, empregados pela Entidade em janeiro e fevereiro de 2016 foram de R\$ 502.700, e os valores recebidos em 2016, empregados em novembro e dezembro do mesmo ano foram de R\$1.345.690.

18 Custos e despesas de projetos e administrativas

	2016	2015
Despesas gerais e administrativas	(5.520.154)	(4.555.101)
Serviços Profissionais	(3.479.287)	(3.620.946)
Despesas com utilidades públicas	(3.310.257)	(3.191.910)
Despesas com contingência	(264.822)	(2.060.185)
Serviços Gerais	(1.482.380)	(1.257.770)
Manutenção Predial	(893.104)	(1.188.454)
Outros	<u>(8.976)</u>	<u>(17.403)</u>
Total	<u><u>(14.958.980)</u></u>	<u><u>(15.891.769)</u></u>
Custos e despesas de projetos	(10.085.126)	(8.040.416)
Custos e despesas administrativas	(4.873.854)	(7.851.353)

19 Pessoal e encargos de projetos e administrativos

	2016	2015
Salários	(5.381.052)	(5.234.656)
INSS	(2.133.191)	(1.591.022)
Provisão de férias e 13º salário	(1.622.335)	(1.142.136)
Assistência médica	(1.154.740)	(1.026.910)
FGTS	(453.738)	(732.610)
Horas extras	(109.905)	(69.480)
Indenizações	(679.775)	(29.324)
Vale refeição	(847.633)	(38.746)
Outras	<u>(333.517)</u>	<u>(212.545)</u>
Total	<u><u>(12.715.886)</u></u>	<u><u>(10.077.429)</u></u>
Despesas com pessoal - das atividades de projetos	(5.109.667)	(4.819.084)
Despesas com pessoal - das atividades operacionais administrativas	(7.606.219)	(5.258.345)

20 Receitas e despesas financeiras líquidas

	2016	2015
Despesas financeiras		
Juros passivos	(2.242.990)	(1.634.720)
Variações monetárias passivas	(312.502)	(62.087)
Despesas de tarifas bancárias	(34.703)	(28.034)
Outras despesas financeiras	<u>(55.999)</u>	<u>(169.947)</u>
Total	<u><u>(2.646.194)</u></u>	<u><u>(1.894.788)</u></u>

Receitas financeiras		
Receitas e rendimentos de aplicações financeiras	1.090.443	491.902
Descontos obtidos no Refis	947.187	1.547.730
Desconto concedido sobre rescisão contratual Thyssen	485.451	-
Variação monetária	124.936	260.079
Juros Ativos	41.217	112.747
Outras receitas financeiras	74.393	1.606
	<u>2.763.627</u>	<u>2.414.064</u>
Resultado financeiro líquido	<u>117.433</u>	<u>519.276</u>

21 Partes relacionadas

A Entidade não efetuou nenhuma transação ou contratou partes relacionadas e a Diretoria Estatutária e os conselheiros da Entidade não são remunerados.

22 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas, cujos valores são representativos dos respectivos valores de mercado.

Em função das características e da forma de operação, bem como, a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2016, a Entidade está sujeita aos fatores de:

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um devedor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de patrocínios.

Exposição a riscos de créditos

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras era:

	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.791.700	9.207.585
Recursos vinculados a projetos	6	9.706.746	10.592.121
Patrocínios de terceiros a receber	7 e 13	3.827.123	3.609.295
Adiantamento a fornecedores		680.083	180.922
Outras contas a receber		768.442	444.966
		<u>25.774.094</u>	<u>24.034.889</u>
Total		25.774.094	24.034.889

Caixa e equivalentes de caixa e recursos vinculados a projetos- A política de gestão de risco corporativo determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como, propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Entidade. A Entidade possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais, consideradas de baixo risco.

Patrocínio de terceiros a receber - As estratégias de mitigação de riscos são baseadas nos contratos estabelecidos com as contrapartes e, principalmente, no fato da Entidade já ter recebido dessas contrapartes parcela substancial de recursos, sendo o saldo ainda em aberto significativamente menor que o valor do total contratado.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A Entidade apresenta em 31 de dezembro de 2016 um ativo circulante de R\$ 26.506.949 frente a um passivo circulante na mesma data base de R\$ 21.575.418, o que representava uma liquidez positiva de R\$ 4.931.531 e em 2015 a liquidez era positiva de R\$ 1.086.371.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa. Nas taxas de câmbio o risco também é mitigado uma vez que a Entidade possui pequena parcela de caixa em moeda estrangeira.

Estimativa do valor justo

A Entidade divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas e requer determinadas divulgações sobre o valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Nota	31/12/2016		31/12/2015	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos mensurados pelo valor justo					
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras - no exterior	5	1.278.545	1.278.545	-	-
Aplicações financeiras - no país	5	8.586.400	8.586.400	8.374.383	8.374.383
Acervo de obras de arte (a)	8	516.126	516.126	516.095	516.095
Recursos vinculados a projetos	6	9.706.746	9.706.746	10.592.121	10.592.121
		<u>20.087.817</u>	<u>20.087.817</u>	<u>19.482.599</u>	<u>19.482.599</u>

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Ativos mensurados pelo custo amortizado

Outras contas a receber	1.448.525	1.448.525	625.888	625.888
	<u>1.448.525</u>	<u>1.448.525</u>	<u>625.888</u>	<u>625.888</u>

Passivos mensurados pelo custo amortizado

Fornecedores	10	1.938.541	1.938.541	3.606.305	3.606.305
Obrigações trabalhistas	11	1.205.152	1.205.152	1.055.076	1.055.076
Contribuições e impostos correntes e parcelados	12	9.388.255	9.388.255	11.546.163	11.546.163
Projetos a executar	13	13.767.478	13.767.478	14.406.586	14.406.586
Outras contas a pagar		<u>11.431.629</u>	<u>11.431.629</u>	<u>10.997.503</u>	<u>10.997.503</u>
		<u>37.731.055</u>	<u>37.731.055</u>	<u>41.611.633</u>	<u>41.611.633</u>

- (a) O acervo de obras de artes está parcialmente registrado pelo valor justo, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.

* * *

Heitor Sant'anna Martins
 Diretor Presidente

Lucas Marques Pessoa
 Diretor de Operações

Rogerio Cossaro
 Contador - CRC SP 246059/O-9